



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Social e do Trabalho - PST

IV Turma do Curso de Especialização em Psicodinâmica do Trabalho

TRABALHO FINAL DE CURSO

Coordenadora: Profa. Dra. Ana Magnólia Bezerra Mendes

A RESSIGNIFICAÇÃO DA TAREFA DOS POLICIAIS LEGISLATIVOS 10 ANOS APÓS A MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO DA ATIVIDADE

Apresentado por: Daisy Leão Coelho Berquó

Orientado por: Profa. Dra. Ana Magnólia Bezerra Mendes

Brasília - DF

Dezembro 2013



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Social e do Trabalho - PST

IV Turma do Curso de Especialização em Psicodinâmica do Trabalho

**A RESSIGNIFICAÇÃO DA TAREFA DOS POLICIAIS LEGISLATIVOS 10
ANOS APÓS A MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO DA ATIVIDADE**

Apresentado por: Daisy Leão Coelho Berquó

Orientado por: Profa. Dra. Ana Magnólia Bezerra Mendes

Brasília - DF

Dezembro 2013

**A Ressignificação da Tarefa dos Policiais Legislativos 10 anos após a Mudança na
Legislação da Atividade**

**The Reframing of the Work by Legislative Policeman 10 years after Change in the
Activity Legislation**

2013

Daisy Leão Coelho Berquó

Universidade de Brasília

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo estudar a organização do trabalho da Polícia Legislativa sob a ótica da Psicodinâmica do Trabalho, analisar as vivências de prazer e de sofrimento e observar se houve ressignificação do trabalho após 10 anos da mudança de legislação da atividade do grupo de servidores ocupantes do cargo de agente de polícia legislativa. A fim de responder os questionamentos da pesquisa, foi utilizada a coleta de dados através da entrevista coletiva semiestruturada, com nove policiais voluntários antigos e recém-empossados, separados em dois grupos. Os resultados obtidos são relacionados à organização do trabalho antes e depois da mudança na legislação, às vivências de prazer e sofrimento no exercício da atividade e à ressignificação do trabalho neste contexto e foram analisados pela Análise de Conteúdo Categorical Dedutiva. Pode-se dizer que houve ressignificação e sentimento de valorização pelos trabalhadores passados 10 anos da mudança de Coordenação de Polícia Legislativa — COSEL — para Departamento de Polícia Legislativa — DEPOL. Depreende-se também das entrevistas que ainda há sentimento de falta de reconhecimento da atividade pelos colegas que não são policiais, pela administração e pela sociedade em relação ao trabalho desses policiais e também interferência política na administração daquele Departamento.

Palavras-chave: Psicodinâmica do Trabalho, Polícia Legislativa, entrevista coletiva.

Abstract

The present work had as a goal study the organization of work of the legislative policeman beneath the view of the psychodynamics of work, analyze the experiences of pleasuring-suffering and observe if it had a reframing of the work after 10 years of change in law of the activity of the group of workers that occupies the place of legislative policeman. In order to answer the research questions, data collection was carried out by semi-structured opened interviews, with nine experienced and recent legislative policeman, separated in 2 groups. The achieved results talks about the work organization before and after the change in law, the experiences of suffering-pleasure in the exercise of the activity and because of the reframing of work in that context and were analyzed by the analysis of content categorical deductive. It may be said that had a reframe in the feeling of valorization by the workers after 10 years of change in the Legislative Police Coordination for the the Legislative Police Department. By the interview it may be understood that there is an feeling of lack of knowledge of the work by the colleagues that aren't policeman, by the administration, and also by the society in relation to the work of these policeman and also political interference in the administration of that Department.

keywords: psychodynamics of work, legislative police, collective interview

A Resignificação da Tarefa dos Policiais Legislativos 10 anos após a Mudança na Legislação da Atividade

1 Introdução

A antiga Coordenação de Segurança Legislativa — COSEL — foi transformada em Departamento de Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados — DEPOL — pela Resolução nº. 18, de 2003, portanto, há 10 anos.

O concurso para a Polícia Legislativa é um concurso de nível médio, Técnico Legislativo com atribuição de Agente de Polícia Legislativa. Os profissionais que compõe o DEPOL são predominantemente do sexo masculino, com formação nas mais diversas áreas do conhecimento, como biólogos, médicos, professores e advogados.

O Departamento de Polícia Legislativa (DEPOL) é o órgão da Câmara dos Deputados responsável pela preservação da ordem e do patrimônio, bem como pela prevenção e apuração de infrações penais, nos seus edifícios e dependências externas. Para tanto mantém vigilância permanente por meio de policiamento ostensivo e sistemas eletrônicos. Também tem a incumbência de efetuar a segurança do Presidente da Câmara dos Deputados em qualquer localidade do território nacional e no exterior, e a segurança dos Deputados Federais, servidores e quaisquer pessoas que eventualmente estiverem a serviço da Câmara dos Deputados, quando assim for determinado. E ainda, diariamente, planeja, coordena e executa planos de segurança física dos Deputados Federais e demais autoridades que estiverem nas dependências da Câmara dos Deputados. (Câmara dos Deputados, 2013)

1.1 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é estudar a organização do trabalho da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados sob a ótica da Psicodinâmica do Trabalho, analisar as vivências de prazer e de sofrimento, observar se houve resignificação do trabalho após 10 anos da mudança de legislação da atividade e contribuir, com a

finalização deste estudo, para a melhoria da organização do trabalho dentro da Câmara dos Deputados.

O objetivo específico é responder os seguintes questionamentos:

- Após 10 anos da mudança na legislação da atividade, houve ressignificação do trabalho para os policiais legislativos? Eles sentem-se mais valorizados na atividade que exercem?

1.2 Psicodinâmica do Trabalho

A Psicodinâmica do Trabalho, desenvolvida por Christophe Dejours a partir dos anos 1970, é disciplina científica relativamente recente e em fase de construção que estuda o papel que o trabalho desempenha nas condições de saúde e nos processos de adoecimento dos sujeitos, a relação entre as vivências de prazer e de sofrimento desse sujeito, como ele se insere no contexto do trabalho e como ele faz a mediação entre o desejo da organização do trabalho e o próprio desejo de ser reconhecido. Parte-se do princípio de que o trabalho tem papel central na constituição da identidade pessoal e social da pessoa e de que o fazer está carregado de saberes e de afetos, portanto, o trabalho implica em viver junto e é relacional. (Dejours, 1992, 2012; Bueno & Macêdo, 2012).

O trabalho nos vincula à realidade e nos faz sujeitos sociais. No trabalho, exercita-se a democracia e a socialização. Todo trabalho implica relação de poder, de dominação e também de resistência. O viver junto implica relações de poder, implica em conflitos e implica em frustrações. É a partir da relação com o outro que há reconhecimento de igualdades, de diferenças e de valores. (Lancman & Sznelwar, 2004; Mendes & Araujo, 2012).

1.3 Organização do trabalho

Um dos conceitos centrais da Psicodinâmica do Trabalho é o conceito de organização do trabalho, que é o prescrito e o fazer real do trabalho. A organização do trabalho é compreendida como um jogo social complexo de regras técnicas e éticas (Vieira, Mendes & Merlo, 2013) e a organização do trabalho só se consolida durante o trabalhar.

Conhecer a organização do trabalho é fundamental para o estudo baseado em psicodinâmica do trabalho, pois, só através desse conhecimento que se pode acessar as vivências de prazer e de sofrimentos, os processos de subjetivação, as patologias e a relação saúde adoecimento do sujeito.

De acordo com Lancman & Sznelwar (2004), o trabalho prescrito tem a ver com as relações hierárquicas e as divisões sócioprofissionais, a divisão das tarefas, dos ritmos, as normas, os processos predefinidos de como o trabalho deve ser realizado. O prescrito é a parte formal, é teórico, é o que está escrito, são os parâmetros, as referências para que o trabalho aconteça.

O indivíduo interpreta o prescrito e o transforma em ação e, no coletivo, várias interpretações desse prescrito podem gerar conflitos. O trabalho real é como as pessoas realizam esse trabalho que foi prescrito. O trabalho vivo é produzido pela organização do trabalho nas contradições entre o prescrito e o real.

O trabalho prescrito da organização do trabalho dos Policiais Legislativos, como eles se organizam, como se dividem, quantos são e o que a instituição quer deles é bem claro, como os próprios policiais disseram nas entrevistas coletivas, e é descrito nas normas e legislação relacionada à Polícia Legislativa.

O real do trabalho, o trabalho vivo só pôde ser acessado a partir da fala dos policiais sobre como eles se sentem, como eles vivenciam esse trabalho, o que eles pensam em relação ao trabalho que eles executam e também se houve ressignificação do trabalho em razão da mudança de legislação, razão principal do presente trabalho. Essa é a investigação que se tentou fazer através das entrevistas coletivas.

1.4 Prazer e sofrimento no trabalho

O trabalhador sempre tenta cumprir o trabalho, ele nunca é passivo, ele tenta aproximar o prescrito do real e resolver o problema. O que faz o trabalhador ir além do prescrito é a tentativa de ser reconhecido. É nessa tentativa de ser reconhecido que o trabalhador se mobiliza e continua se mobilizando. Se não houver reconhecimento, o trabalhador pode adoecer.

É no espaço entre a contradição do trabalho prescrito e do trabalho real que o sujeito se mobiliza para transformar a organização do trabalho na busca principalmente de reconhecimento. Essa mobilização pode gerar o sofrimento criativo, que mantém o indivíduo no trabalho de modo produtivo; ou o sofrimento patogênico, que gera adoecimento no indivíduo.

O prazer está relacionado à sobrevivência no trabalho e à possibilidade de inclusão social. A inteligência prática, que é como o sujeito tenta enfrentar essa discrepância entre o prescrito e o real do trabalho, com criatividade e engajamento para minimizar o sofrimento, pode transformar o sofrimento em prazer. A inteligência prática emerge das contradições entre o prescrito e o real, compreende o investimento do corpo, da intuição, da percepção, de modos utilizados pelos trabalhadores para

resolver problemas e encontrar soluções para as dificuldades do trabalho real (Mendes, 2012)

Se, no encontro com o trabalho, o sofrimento manifestar-se, sabe-se que ele não é patogênico e pode se transformar em prazer quando a organização do trabalho permite a engenhosidade do indivíduo e quando essa contribuição pode ser reconhecida. O sofrimento criativo mobiliza o sujeito e este, com sua inteligência prática, pode transformar a organização do trabalho e ser reconhecido por isso. O sofrimento patogênico acontece quando o trabalhador não consegue ressignificar esse sofrimento nem se mobilizar ou até tenta negar que há sofrimento e também não encontra espaço para expressar esse sofrimento, gerando assim o adoecimento. É a perpetuação dos sentimentos de medo, angústia, insegurança, impotência, invalidez. “A transformação do sofrimento em prazer se torna possível pela interpretação do sentido dado à tarefa.” (Mendes, 2012, p.62).

1.5 Reconhecimento no trabalho

O trabalho é o confronto com a realidade, com as normas, com as diretrizes, com os outros trabalhadores, o trabalho é vivo. O sofrimento do sujeito, quando se depara com obstáculos, pode não se tornar patogênico e até se transformar em prazer se a organização do trabalho não for obstáculo para o sujeito exercitar sua engenhosidade, sua criatividade, sua inteligência prática e quando esse “saber” puder ser reconhecido pelos outros, desejo inerente ao sujeito.

Segundo Mendes (2012), o reconhecimento do trabalho participa da realização do ser no campo social. Para haver reconhecimento no trabalho é preciso conhecer o trabalho a fundo. O julgamento de utilidade do trabalho é formulado pela hierarquia. O

juízo da beleza, identidade e sentido do trabalho é formulado pelos pares, foca o fazer. O reconhecimento é muito mais simbólico, é moral, favorece a formação de uma identidade e ajuda a construir e reforçar uma identidade social. Quando existe reconhecimento, consegue-se prevenir o adoecimento. O reconhecimento pode transformar o sofrimento em prazer e a sua ausência tende a gerar o adoecimento.

Dejours (2012) relaciona o reconhecimento com dois tipos de julgamentos: o juízo de utilidade, que é dado pela hierarquia, e o juízo de beleza, que é dado pelos pares, por aqueles que realmente conhecem o trabalho. O reconhecimento pode transformar sofrimento em prazer e vice e versa. “é justamente porque o trabalho pode oferecer gratificações essenciais ao registro da identidade que se pode obter a mobilização subjetiva, a inteligência e o zelo dos que trabalham.” (Dejours, 2012, p. 40).

As patologias estão no não reconhecimento do trabalho. A desmotivação, a apatia, o desengajamento, a desmobilização são sintomas da falta de reconhecimento, quando a mobilização subjetiva está bloqueada. O individualismo e as disputas de poder são meios de bloquear a mobilização coletiva.

“Trabalhar não é apenas produzir, é também viver junto.” (Dejours, 2012, p.85). É necessário frisar que nenhuma organização do trabalho funciona por si só. Toda organização precisa, para funcionar, de regras e também de pessoas zelosas e dedicadas. Isso depende da nossa capacidade de pensar as relações entre subjetividade, trabalho e ação.

2 Método

O método utilizado para responder os questionamentos da pesquisa foi a entrevista coletiva semiestruturada, realizada com nove policiais voluntários, utilizados os seguintes questionamentos como base da entrevista:

1. Como é o seu dia de trabalho como policial legislativo?
2. Quais as dificuldades que você tem no dia a dia do seu trabalho e o que você faz para resolvê-las?
3. Como você se sente em relação ao seu trabalho?
4. Quais são os impactos que o seu trabalho tem na sua vida em sociedade?
5. Como você acha que os outros veem o seu trabalho?
6. Depois de 10 anos da nova legislação, houve alguma mudança significativa no seu trabalho?

A entrevista foi feita em dois encontros, com dois grupos distintos e teve a duração total de 5 horas. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas pela Análise de Conteúdo Categorical Dedutiva, classificada de acordo com o objetivo específico da pesquisa: se houve ressignificação da atividade para o policial legislativo, depois de 10 anos de mudança na legislação da atividade, e se eles sentem-se valorizados pelo trabalho que exercem. Houve supervisão de professores na análise dos dados colhidos dentro da metodologia proposta pela Psicodinâmica do Trabalho, com base nos estudos de Bardin (2011).

2.1 Participantes

A pesquisa foi realizada com policiais legislativos. Participaram voluntariamente nove agentes de polícia, divididos em dois grupos, os mais experientes, com mais tempo na Polícia Legislativa e policiais recém-empossados através de concurso público. É imprescindível salientar que não é objeto deste estudo realizar análise dos dados com enfoque em variáveis demográficas, motivo pelo qual os dados demográficos não foram registrados. O foco de interesse centrou-se na verbalização coletiva e compartilhada dos participantes sobre a organização do trabalho nas vivências de prazer e de sofrimento e na ressignificação do trabalho depois da mudança na legislação.

2.2 Instrumentos

Realizaram-se duas entrevistas coletivas semiestruturadas, com dois grupos de trabalhadores: um grupo com seis policiais antigos e outro grupo com três policiais recém-empossados. As entrevistas tiveram duração média de três horas, sendo gravadas, transcritas e analisadas com base na técnica de Análise de Conteúdo Categórica Dedutiva, de Bardin (2011).

2.3 Procedimentos

As entrevistas deste estudo foram conduzidas de acordo com o conteúdo verbal apresentado pelos trabalhadores, com questões abertas referentes a temas previamente definidos: descrição do trabalho antes e depois da mudança na legislação que rege a categoria profissional, sentimentos em relação ao trabalho, dificuldades encontradas,

estratégias utilizadas para enfrentar tais situações e sentimentos em relação à mudança na legislação que rege a categoria.

A questão descrição do trabalho buscou identificar as rotinas e o processo de trabalho aos quais os funcionários estavam submetidos antes e depois da mudança na legislação que os rege. Em relação aos sentimentos relacionados ao trabalho, a escuta foi no sentido de levantar informações em relação às vivências de prazer e de sofrimento, a partir de uma questão geral, na qual foi solicitado que o sujeito descrevesse seus sentimentos em relação ao trabalho e sobre os impactos dele em sua vida.

A questão sobre a modificação da lei que rege o trabalho do policial legislativo visou observar se houve resignificação do trabalho para eles após a mudança na legislação de sua atividade.

2.4 Análise dos dados

Cada entrevista foi analisada por três estudantes do curso de Especialização em Psicodinâmica do Trabalho da Universidade de Brasília, que realizaram a técnica de Análise de Conteúdo Categórica Dedutiva (Bardin, 2011) das entrevistas, após leitura geral de cada entrevista e divisão em categorias dedutivas, com o objetivo de elencar e analisar a percepção dos indivíduos sobre os objetivos propostos nesse estudo.

A marcação dos objetivos foi categorizada pelo critério de semelhança semântica e lógica em relação à organização do trabalho da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados sob a ótica da Psicodinâmica do Trabalho, as vivências de prazer e sofrimento e à resignificação do trabalho após 10 anos da mudança de legislação da atividade, criando, assim, três grandes categorias com o intuito de

responder os seguintes questionamentos: após 10 anos da mudança na legislação da atividade, houve resignificação do trabalho para os policiais legislativos? Eles sentem-se mais valorizados na atividade que exercem?

3 Resultados

3.1.1 Organização do Trabalho - o real e o prescrito antes da mudança na legislação

Esta categoria refere-se às características do trabalho real e do trabalho prescrito da Polícia Legislativa, como eles se organizavam, como se relacionavam e a quais regras eram submetidos antes da mudança da legislação que transformou a Coordenação de Polícia Legislativa em Departamento de Polícia Legislativa.

A evolução da carreira do agente de polícia legislativa foi de guarda de segurança para agente de segurança até chegar a agente de polícia legislativa. O uso do uniforme era comum na Câmara e a farda do guarda de segurança servia para associar a função ao viés militar da época, além de também ser uma forma de hierarquização: “O agente usava farda; o inspetor de segurança, terno”.

O salário era excelente, mas a farda era parecida com a de um porteiro de hotel, com botões dourados e um quepe com o símbolo da República. Eles achavam a farda horrível e acreditam que ela espantou muita gente daquele trabalho.

Não havia treinamento. Eles recebiam a farda e uma arma e “iam tirar serviço”. Depois de um tempo é que começou a haver curso na Polícia Federal e uma certa organização no trabalho.

Antes do processo de democratização ocorrido no País, a Câmara era vazia, não havia a expressividade do povo em seu recinto, nem manifestações, nada. E tudo era mais rigoroso e fiscalizado. Ninguém podia entrar na Câmara com um boné ou com alguma cobertura, era obrigado tirá-los. As mulheres não podiam entrar de calça comprida no Salão Verde. A partir do processo de abertura, é que a rotina foi tornando-se mais cansativa, mais exaustiva, mais pessoas começaram a frequentar a Casa do Povo.

Os agentes de segurança eram confundidos com prestadores de serviços contratados para a execução de serviços gerais, às vezes, indicados por parlamentares, e sentiam-se desprestigiados. Quando o uniforme dos seguranças passou a ser um colete azul, com as iniciais da Coordenação de Segurança Legislativa — COSEL —, perguntavam que firma era aquela: COSEL. Os agentes de segurança sentiam-se totalmente desvalorizados nas suas atribuições e no seu trabalho.

Até 2003, não havia rotatividade de chefias, acompanhando as Mesas Diretoras. Os gestores ficavam anos no comando. O sentimento dos policiais é de que os inspetores e todo o resto da Câmara foram contra a ascendência da carreira dos agentes de segurança.

3.1.2 Organização do trabalho - O real e o prescrito depois da mudança da legislação

Esta categoria refere-se às características do trabalho real e do trabalho prescrito da Polícia Legislativa, como eles se organizam, como se relacionam e a quais regras são submetidos depois da mudança da legislação que transformou a Coordenação de Polícia Legislativa em Departamento de Polícia Legislativa.

Em novembro de 2003, houve, então, a criação do Departamento da Polícia Legislativa —DEPOL— e os agentes de segurança passaram a ter status de polícia, tornaram-se agentes de polícia legislativa.

A partir daí também começou a haver rotatividade na direção do DEPOL, acompanhando as Mesas Diretoras. Geralmente, quando muda a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, mudam também os diretores das Coordenações do Departamento de Polícia Legislativa. Dependendo de quem assume, de quem entra e de quem sai, muda também o pessoal que trabalha nas coordenações. Então, geralmente, há muita mudança quando muda a Diretoria do DEPOL. Assim, com a interferência política no Departamento, alguns projetos em andamento acabam sendo engavetados, parados.

Normalmente, quando a pessoa entra no DEPOL, acaba escolhendo onde quer trabalhar, onde tem mais afinidade. Se o policial tem experiência ou tem cursos na área de segurança de autoridades, por exemplo, fica na equipe que acompanha o Presidente da Câmara dos Deputados, independente da gestão, porque ele tem experiência na área. Geralmente, se a pessoa não tiver envolvimento político, ela tem oportunidade de trabalhar onde gosta e tem experiência.

O Departamento é dividido em várias coordenações, em diversos trabalhos, como o de segurança de autoridades, que trabalha principalmente com a segurança do Presidente da Câmara, inclusive em viagens, e também com autoridades que visitam a Câmara, tanto autoridades do País, quanto autoridades estrangeiras. Há o trabalho de investigação de crimes, o equivalente a uma delegacia. Para todo crime que acontece dentro da Câmara, é registrada uma ocorrência e inicia-se uma investigação. É feito um inquérito policial, depois, enviado à Justiça para a pessoa ser processada. Existe o trabalho da inteligência, que analisa o que está acontecendo dentro e fora da Câmara e

como a Polícia Legislativa deve proceder. Há também o trabalho nas áreas administrativas, expedição de crachás, identificação, controle de estacionamentos, etc.

O Departamento de Polícia trabalha 24 horas por dia. Os policiais são divididos em praticamente três turnos: o pessoal da manhã, o pessoal da tarde e a turma da noite, que fica de 7 da noite até 7 da manhã. Existem várias escalas de trabalho. Alguns trabalham 24 horas seguidas e descansam 72 horas e existem também turnos de 12 por 60.

A rotina do DEPOL está diretamente relacionada com a agenda legislativa, depende do que está sendo debatido dentro da Câmara, nas Comissões e no Plenário e da movimentação da Câmara. Ultimamente, a Polícia Legislativa tem tido o apoio da Polícia Militar no primeiro contato com os manifestantes fora da Câmara, como prevenção, como primeiro bloqueio, o que, de certa forma, facilita, depois, uma triagem melhor na entrada da Câmara.

Os policiais entrevistados consideram o trabalho bem interessante, com maior concentração nas terças-feiras e nas quartas-feiras, dias em que há muitas pessoas transitando no Congresso Nacional. Nesses dias, eles têm que ter atenção redobrada, porque, às vezes, têm que fazer intervenções e bloqueios que restringem mais o acesso e a circulação das pessoas.

Constatou-se que a rotina do trabalho dos policiais legislativos nunca é a mesma, cada dia há um fato novo: “Quem trabalha em portaria é uma situação; quem trabalha na identificação, outra; plenário, outra; nas comissões, outra, e cada situação pede procedimentos diferentes”.

Usam o que se chama de “uso progressivo da força, isso é uma cartilha e é básica para toda polícia”. Primeiro, é a advertência verbal. Depois, conforme a reação da pessoa, vai-se imprimindo algo mais enérgico, conforme a necessidade da situação.

O relacionamento interpessoal dos policiais legislativos é bom. A relação entre a nova geração e os policiais mais antigos também é boa. Os policiais antigos passam a experiência e a bagagem que eles têm para os mais jovens e são bem solícitos em ajudar no que é necessário.

A Câmara oferece todos os cursos necessários para a formação básica do agente de polícia legislativa, inclusive com curso de tiros com mais de mil tiros. Depois da formação, cada um faz qualquer outra formação por conta própria, como treinamento físico ou visitas ao stand de tiros.

Em momentos mais tensos, as orientações mudam e os policiais mudam a forma de agir, cumprindo o que foi determinado pela chefia. O papel principal do DEPOL é zelar pela imagem da instituição. Tem que atender muito bem ao público e, ao mesmo tempo, tem que se preocupar com a segurança.

3.2 Prazer e sofrimento no trabalho

Essa categoria refere-se às vivências de prazer e de sofrimento experimentadas pelos policiais legislativos, seus medos, suas inseguranças, suas alegrias, seus sentimentos em relação ao trabalho e como eles fazem para enfrentar essas vivências. “Deputado falou, água parou”.

Os policiais legislativos acreditam que têm que ter jogo de cintura, não podem ser muito rígidos, porque, como a Casa é política, muito dinâmica e não há rotina, as mudanças na forma de trabalhar influenciam também no comportamento que os policiais têm que ter: “Os policiais vão se adaptando, vão amadurecendo e se adequando à Casa, às políticas e às práticas da Casa”.

Mesmo sendo policiais, sentem insegurança porque entendem que as pessoas que vão ao Legislativo, às vezes, estão com ódio dos parlamentares ou mesmo dos funcionários que lá trabalham.

Sentem-se vigiados pela mídia e preocupam-se com os confrontos com os servidores. Acreditam que os servidores respeitam mais a Polícia Militar que a Polícia Legislativa. Relatam que alguns servidores não compreendem o trabalho do DEPOL e há um desgaste desnecessário nessa relação. Dizem que o trabalho é feito no limite da segurança e da publicidade, das normas de segurança e da atuação política. Mesmo com toda a organização e o planejamento, a questão política sempre acaba interferindo no trabalho do DEPOL, até de forma arriscada, e, na medida do possível, tentam trabalhar com esse cenário de hora ter que intervir de forma mais enérgica e de hora ter que abrandar.

Acreditam também que, se o DEPOL fosse unido, se não houvesse tantas “facções”, teriam conseguido mais conquistas. Isso acontece por conta das interferências políticas no Departamento ocorridas a cada mudança de Mesa Diretora, interferindo sempre na organização do trabalho e acirrando mais as diferenças internas.

A profissão de polícia é estressante em qualquer instituição. Há um desgaste do próprio cargo. Há uma visibilidade muito grande e eles passam por situações muito tensas. Os policiais têm que ter jogo de cintura, ser psicólogos, assistentes sociais, relações públicas, para lidar com as várias situações do dia a dia.

Na Câmara, ainda não se criou a cultura de que a segurança é importante, de que é preciso identificar todo mundo. Os policiais têm que ser camaleões com a rotina do dia.

Denunciam a existência de grupos fechados, como o pessoal do plenário e da inteligência. Consideram o serviço do plenário como um dos mais difíceis em função da dificuldade de se trabalhar com os parlamentares.

Em relação à interferência política no Departamento, dizem que a Diretoria do DEPOL fica em dúvida se atende ao Deputado ou não: “Será que o Presidente vai apoiar a decisão tomada pelo DEPOL?” Porque o Presidente da Casa também é um político. E sentem isso como uma das maiores dificuldades do trabalho, até onde receberão apoio ou não para alguma ação.

Consideram o DEPOL como um excelente local para se trabalhar e têm orgulho de trabalhar no Departamento, de garantir a segurança para que todos possam trabalhar. Dizem que eles têm as mesmas atribuições das outras polícias, ganham mais e são psicologicamente melhor preparados que todos. Acreditam que o que precisa acabar são as picuinhas entre A, B e C dentro do Departamento e que todos precisam girar em torno de um objetivo só, mas existem muitos ressentimentos entre grupos dentro do Departamento.

Há uma ansiedade geral por conta do tipo de trabalho e pela dinâmica do trabalho que executam. Isso gera muito estresse, principalmente quando eles têm que retirar as pessoas de algum lugar, como das galerias. Consideram que todo trabalho em que há muitos momentos de tensão reflete na vida fora do trabalho, na família. Existe também o medo de ser reconhecido como policial por algum bandido, o que pode afetar também as suas famílias.

As formas de distensionamento são individuais, alguns vão correr, vão nadar, vão para a academia, vão andar de bicicleta.

Falam abertamente que o concurso público não busca um perfil específico para a Polícia Legislativa, mas que eles provam no dia a dia que estão na Câmara para o trabalho e que são profissionais acima de tudo independente do local onde vão trabalhar.

A Polícia Legislativa é uma polícia do diálogo. Apesar de usarem armas, procuram, nos dias de movimento, de enfrentamento, não usá-las

“Eu vou dar um exemplo do que é segurança para mim. Segurança para mim é um conjunto de pessoas incumbidas de um só objetivo: proteger. Proteger o quê? Proteger o funcionário, proteger o órgão, a loucura das pessoas, porque a gente sabe que tem muita gente louca, capaz de qualquer loucura.”

3.3 Resignificação da atividade 10 anos após a mudança na legislação

Essa categoria refere-se à ressignificação da atividade após 10 anos da mudança na legislação que rege a categoria. Os policiais sentem-se mais valorizados e reconhecidos depois de 2003, porque a Polícia Legislativa não tinha uma identidade.

Consideram que foi um aprendizado para o DEPOL e a mudança foi para o engrandecimento do Departamento de Polícia como instituição. Foram conquistas conjuntas, com engajamento de todos, que deram poderes e legitimidade para poderem trabalhar de fato e de direito, como para aposentadoria especial, o que causa muito orgulho neles.

Acreditam que as conquistas vieram mesmo contra a vontade de todos os administradores da Casa. Dizem também que a forma utilizada para alcançar a mudança na legislação, além da união de todos, foi buscando o lado político da Casa.

Outro motivo de orgulho é que hoje existe formação para os policiais legislativos, existem cursos até fora do País dos quais eles participam. Acreditam que

estão anos luz à frente das outras polícias em formação, em salário e em condições de trabalho.

4 Discussão

O objetivo desta pesquisa foi estudar a organização do trabalho da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados sob a ótica da Psicodinâmica do Trabalho, analisar as vivências de prazer e sofrimento, observar se houve ressignificação do trabalho após 10 anos da mudança de legislação da atividade e contribuir, após o estudo, para a melhoria da organização do trabalho dentro da Câmara dos Deputados.

Após 10 anos da mudança na legislação da atividade, pelas respostas obtidas nas entrevistas coletivas, os policiais legislativos sentem-se mais valorizados e reconhecidos, portanto, houve ressignificação do trabalho para aqueles que passaram pelo processo de mudança da Coordenação de Segurança Legislativa para Departamento de Polícia Legislativa, para os que se mobilizaram e lutaram pelas mudanças, para os que viveram a época em que não havia nenhum treinamento, para os que não eram nem reconhecidos como funcionários da Câmara dos Deputados muito menos como policiais legislativos.

Para os policiais que entraram depois da mudança da legislação, há sentimento de reconhecimento do trabalho, sentem-se diferenciados em relação às outras polícias, mas não conseguem falar sobre o tamanho da mudança que houve em relação à organização do trabalho da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados.

Em relação à organização do trabalho antes e depois da mudança na legislação, a descrição dos dois grupos de entrevistados é muito semelhante: não há rotina e há grande interferência política na administração do Departamento de Polícia.

Sobre as vivências de prazer e de sofrimento no trabalho dos policiais legislativos, apurou-se que o ambiente de trabalho é estressante. Mesmo assim, os trabalhadores gostam do que fazem e tentam se superar para a execução do trabalho proposto. O sofrimento é pouco verbalizado, pois os trabalhadores encontram formas de justificar esses sentimentos, usando como defesas a racionalização, contradições e apoiando-se na virilidade.

Nessa perspectiva, os resultados das pesquisas confirmam os estudos da Psicodinâmica do Trabalho, que apontam a organização do trabalho como o principal fator de sofrimento. Os policiais legislativos sentem prazer em relação ao trabalho, consideram-se bem remunerados e reconhecidos pelos pares e pelos colegas de outros setores que conhecem o seu trabalho. Em alguns momentos, dizem que não sentem reconhecimento dos colegas de outros setores, das chefias, dos deputados, nem da sociedade principalmente por desconhecerem o seu trabalho.

Em relação à ressignificação do trabalho, os policiais que passaram pelo processo de mudança reconhecem a valorização que receberam quando da mudança da legislação e valorizam-se por terem conseguido mudanças significativas na organização do trabalho e na legislação da atividade. Porém, o grupo de policiais que entrou depois da mudança não tem tanta consciência do processo pelo qual o Departamento de Polícia Legislativa e os colegas passaram.

Nota-se que os policiais legislativos recém-formados são mais econômicos em suas palavras, talvez por estarem em estágio probatório e não quererem se comprometer em relação ao que foi perguntado nas entrevistas coletivas. Os policiais mais antigos não mediram palavras para expressar suas vivências e suas conquistas pelo Departamento. Ficou claro também, pela fala dos novos policiais, que eles escolherem a atividade,

primeiro, pelos benefícios, depois, pela atividade. Os policiais antigos não admitem essa peculiaridade em suas verbalizações.

Algumas observações dos policiais chamaram a atenção, como a relativa à divisão que existe dentro do Departamento de Polícia Legislativa: “Duzentos e cinquenta homens, cinco facções — no bom sentido — cinco correntes: PT., Al-Qaeda, Al-Jazira... Um grupo basicamente petista que, quando assume o poder, persegue aqueles que não são petistas e a recíproca também é verdadeira. Aí, fica esse joguinho entre facções...”

Em relação à virilidade: “Exatamente isso que eu ia falar, até porque o que fascinou muito e fascina muito o homem é esse negócio, é a questão de usar a arma e dar tiro, até porque tira muito o medo da gente, quem tem problema de lidar com a arma.”.

A racionalização também está presente nas verbalizações dos policiais: “A pessoa que gosta do que faz já é um facilitador, que gosta da área de segurança, mesmo lidando com risco iminente, ela vai saber lidar com a situação. Vai ter o desgaste psicológico, que é fato, mas vai saber diferenciar. Sai do trabalho, controla, chega em casa, consegue administrar uma coisa não interferindo na outra... terça e quarta, a gente tem embates às vezes bem sérios. A questão mesmo de você poder ajudar e colaborar.”

5 Conclusão

A pesquisa sobre a ressignificação da tarefa dos Policiais Legislativos 10 anos após a mudança na legislação da atividade conseguiu responder os seus objetivos relacionados à valorização e ao reconhecimento dos policiais em relação a sua atividade. Através de entrevistas coletivas realizadas com nove policiais legislativos,

com foco na Análise de Conteúdo Categórica Dedutiva, sob a ótica da Psicodinâmica do Trabalho, chegou-se à conclusão de que eles sentem-se valorizados e reconhecidos na sua atividade, principalmente os policiais que participaram do movimento de reivindicação, conquista e implantação das mudanças na legislação que rege a categoria.

Pelas verbalizações nas entrevistas coletivas realizadas, conclui-se que os policiais têm em sua organização de trabalho uma dinâmica de trabalho estressante, principalmente nos dias em que a Câmara dos Deputados está muito cheia de pessoas. Eles usam como compensação principalmente as atividades físicas “para relaxar”. Na dimensão da mobilização subjetiva, por exemplo, os policiais legislativos exercem a inteligência prática de não usar armas nos dias de maior confusão.

Importante ressaltar que o grupo de entrevistados é mínimo em relação ao efetivo do Departamento de Polícia Legislativa e que essas conclusões podem ser revalidadas com outras pesquisas. A Clínica do Trabalho poderia desvelar melhor o trabalho dos policiais legislativos, suas angústias e como lidar com elas, bem como proporcionar maior consciência dos mecanismos utilizados por eles para não adoecer.

Observou-se que houve comportamentos relacionados à virilidade e à racionalização do trabalho, que, para a Psicodinâmica do Trabalho são consideradas defesas coletivas para o não adoecimento, mas que podem ser fator de futuro adoecimento. Dessa forma, esta pesquisa abre novas perspectivas para futuras investigações com foco na Psicodinâmica do Trabalho, podendo-se desenvolver outros estudos para investigar mais a fundo as dinâmicas de sofrimento e prazer desses profissionais.

Com o intuito de contribuir para a melhoria da organização do trabalho na Polícia Legislativa e na Câmara dos Deputados, não se pode deixar de citar novamente o desconforto que os policiais sentem em relação à interferência política na gestão do

Departamento de Polícia Legislativa — DEPOL. Podemos apreender também das verbalizações dos policiais que um treinamento continuado com atualizações para todos os policiais pode ser uma forma efetiva de se responder aos anseios desses trabalhadores sempre mobilizados e dedicados a manter a segurança e a ordem dentro da Câmara dos Deputados.

Referências Bibliográficas

- Câmara dos Deputados. Departamento de Polícia Legislativa. (2012). Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/departamento-de-policia-legislativa>.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. ampliada. Tradução Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez-Oboré.
- Dejours, C. (2012). *Trabalho Vivo, tomo II, Trabalho e Emancipação*. Brasília: Paralelo 15.
- Bueno, M.; Macêdo, K. (2012). A clínica psicodinâmica do trabalho: de Dejours às pesquisas brasileiras. *ECOS*, 2. Recuperado de <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article/view/1010>
- Lancman, S.; Sznalwar, L. I. (Org.). (2004). *Christofer Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fio cruz.
- Mendes, A. M.; Araujo, L. K. R. (2012). *Clínica psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação*. Curitiba: Juruá.
- Vieira, F. O.; Mendes, A. M. & Merlo, A., R., C., (org.). (2013). *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho*. Curitiba: Juruá.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.